

23/06/2011

PLENÁRIO

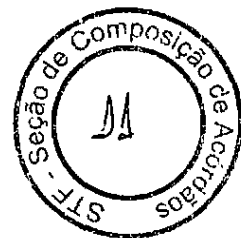
REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 642.827
ESPÍRITO SANTO

REGISTRADO	: MINISTRO PRESIDENTE
RECTE.(s)	: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL
RECDO.(A/S)	: ELZA THEREZINHA GARUZZI BARCELOS
ADV.(A/S)	: ANA IZABEL VIANA GONSALVES

RECURSO. Agravo convertido em Extraordinário. Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa do Meio Ambiente – GDAMB. Critérios de cálculo. Extensão. Servidores públicos inativos e pensionistas. Precedentes. Repercussão geral reconhecida. Reafirmação da jurisprudência. Recurso improvido. É compatível com a Constituição a extensão, aos servidores públicos inativos e pensionistas, dos critérios de cálculo da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa do Meio Ambiente – GDAMB estabelecidos para os servidores públicos em atividade.

Decisão: O Tribunal reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada e, no mérito, reafirmou a jurisprudência dominante sobre a matéria, vencidos os Ministros Ayres Britto e Marco Aurélio. Não se manifestaram os Ministros Ricardo Lewandowski, Joaquim Barbosa e Cármen Lúcia.

Ministro CEZAR PELUSO
Relator



REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 642.827
ESPÍRITO SANTO

1. Trata-se de agravo contra decisão que indeferiu processamento de recurso extraordinário interposto contra acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Espírito Santo, assim ementado:

ADMINISTRATIVO. GDATA. GDAMB. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PARIDADE ENTRE SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

Sustenta o recorrente, com base no art. 102, III, a, violação dos artigos 2º, 37, *caput* e XV, 61, § 1º, II, a, e 169, § 1º, da Constituição Federal. Aduz, em síntese, que:

As características da gratificação em referência, denotando-se a sua natureza de gratificação de serviço por produtividade em razão do efetivo exercício de atividade, tornam indevido o seu pagamento aos servidores inativos na forma como determinado pela Egrégia Turma Recursal (fl. 149).

(...)

O Poder Judiciário, ao estabelecer aos inativos pontuação diversa da disposta em lei, está, na verdade, extrapolando os limites de sua função constitucional, invadindo indevidamente a esfera do Poder Legislativo e Executivo. Tal procedimento afronta o art. 2º da Constituição Federal, que determina a independência e harmonia entre os Poderes (fl. 152)."

Requer que seja conhecido e provido o recurso extraordinário para "determinar, quanto à GDAMB, a reforma do v. acórdão recorrido. Tudo em atenção aos dispositivos constitucionais supracitados."

Apresenta preliminar formal e fundamentada de repercussão geral, na forma do art. 543-A, § 2º, do CPC (fl. 146).

2. Admissível o agravo.

ARE 642.827 RG / ES

Presentes os requisitos formais de admissibilidade, dou provimento ao agravo, convertendo-o em recurso extraordinário.

3. A questão suscitada neste recurso versa sobre a extensão, ao servidores inativos e pensionistas, da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa do Meio Ambiente – GDAMB, instituída pela Lei 11.156/2005, no valor equivalente a 100 (cem) pontos, observados os valores previstos em seus anexos I e II. A Lei 11.156/2005 estabeleceu, no seu artigo 17, que os servidores com aposentadorias e pensões instituídas até o dia anterior ao da vigência da referida lei perceberiam valores equivalentes a 50% da pontuação. O artigo 14, por sua vez, consignou que os servidores em atividade fariam jus a valores equivalentes a 100% da pontuação, enquanto não fosse regulamentada a GDAMB. Deste modo, afirmando a natureza genérica da referida gratificação, os servidores inativos, ainda contemplados pela norma do artigo 40, § 8º, da Constituição Federal, pleiteiam a sua extensão.

A questão transcende os limites subjetivos da causa, tendo em vista que se discute o direito de paridade previsto no artigo 40, § 8º, da Constituição Federal, paridade esta que, embora elidida pela Emenda nº 41/2003, ainda continua em vigor para aqueles que se aposentaram, ou que preencheram os requisitos para tal, antes da mencionada Emenda, ou para os que se aposentaram nos termos das regras de transição. Trata-se de matéria de relevante cunho jurídico, de modo que sua decisão produzirá inevitável repercussão de ordem geral.

4. Há, nesta Corte jurisprudência específica no sentido de que, em razão do caráter genérico da GDAMB, se aplica o mesmo entendimento consolidado quanto à Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA e à Gratificação de Desempenho da Atividade da Seguridade Social e do Trabalho GDASST, que se estendem aos servidores inativos: AI 822897 / ES, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe 26.11.2010.

Está ainda firmada jurisprudência quanto à GDPGTAS, aplicando-

ARE 642.827 RG / ES

se, *mutatis mutandis*, os mesmos fundamentos apresentados no RE 476.279 / DF, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, DJe de 15.6.2007 e no RE 476.390 / DF, Rel. Min. GILMAR MENDES, DJe de 29.6.2007, que tratam da GDATA, uma vez manifesta a semelhança do disposto no § 7º do art. 7º da Lei 11.357/2006, que cuida dessa gratificação, com o disposto no art. 6º da Lei 10.404/2002 e no art. 1º da Lei 10.971/2004, que disciplinam a GDATA. Neste sentido, confirmam-se o RE 585230 AgR / PE, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJe de 26.6.2009, AI 717067, RE 613231 / RN, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe de 17.2.2011, AI 768688 / SE, Rel. Min. GILMAR MENDES, DJe de 23.11.2010, AI 717983 / SE, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, DJe de 15.9.2010, AI 710377 / SE, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, DJe de 4.8.2010, RE 609722 / RJ, Rel. Min. EROS GRAU, DJe de 11.5.2010.

5. Ante o exposto, reafirmo a jurisprudência da Corte para negar provimento ao recurso extraordinário.

Brasília, 3 de junho de 2011.

Ministro CEZAR PELUSO
Presidente
Documento assinado digitalmente

**REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 642.827
ESPÍRITO SANTO**

PRONUNCIAMENTO

RECURSO – NOMENCLATURA –
INCONGRUÊNCIA.

GRATIFICAÇÃO – EXTENSÃO AOS
INATIVOS ADMITIDA NA ORIGEM –
MATÉRIA CONSTITUCIONAL –
RECURSO EXTRAORDINÁRIO –
REPERCUSSÃO GERAL CONFIGURADA.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO –
JULGAMENTO – PLENÁRIO VIRTUAL –
INADEQUAÇÃO.

1. A Assessoria prestou as seguintes informações:

Eis a síntese do que discutido no Recurso Extraordinário com Agravo nº 642.827/ES, da relatoria do Ministro Cezar Peluso, Presidente do Supremo, inserido no sistema eletrônico da repercussão geral às 23 horas e 59 minutos do dia 3 de junho de 2011.

A Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Espírito Santo, no julgamento do Processo

ARE 642.827 RG / ES

nº 2007.50.52.000552-3, assentou o acerto de estender-se aos inativos e pensionistas, no mesmo valor devido aos servidores em atividade, a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa – GDATA e a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa do Meio Ambiente – GDAMB. Mencionou como fundamento a paridade prevista no artigo 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003. Consignou a desnecessidade de recorrer ao princípio da isonomia no caso. Afastou a alegação de afronta à separação dos Poderes, à legalidade, às demais normas constitucionais e ao Verbete nº 339 da Súmula do Supremo.

Não foram interpostos embargos de declaração.

No extraordinário protocolado com alegada base na alínea “a” do permissivo constitucional, o recorrente argui a ofensa aos artigos 2º, 5º, inciso LV, 37, cabeça, 61, § 1º, inciso II, alínea “a”, e 169, § 1º, da Carta Federal e ao artigo 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003. Aduz ter sido a GDAMB expressamente estendida aos inativos, mas nos limites impostos pelo artigo 17 da Lei nº 11.156/2005.

Sob o ângulo da repercussão geral, assevera tratar-se de questão que ultrapassa os limites subjetivos da causa, haja vista a similaridade com a relativa à GDASST, cuja relevância foi reconhecida no Recurso Extraordinário nº 572.052/RN.

A recorrida, em contrarrazões, diz do acerto do ato impugnado, ante a jurisprudência do Supremo.

O extraordinário não foi admitido na origem.

O Ibama, no agravo, sustentou estar prequestionada a matéria constitucional. Refutou o fundamento de encontrar-se a decisão atacada em conformidade com a jurisprudência do Supremo. Reiterou os argumentos expendidos anteriormente.

ARE 642.827 RG / ES

O agravado, em contraminuta, afirmou não ter a autarquia demonstrado a existência de repercussão geral. Ressaltou a circunstância de haver precedente do Supremo em sentido contrário ao pleito do Ibama.

Eis o pronunciamento do relator, Ministro Cezar Peluso, Presidente do Supremo:

1. Trata-se de agravo contra decisão que indeferiu processamento de recurso extraordinário interposto contra acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Espírito Santo, assim ementado:

ADMINISTRATIVO. GDATA. GDAMB. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PARIDADE ENTRE SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

Sustenta o recorrente, com base no art. 102, III, a, violação dos artigos 2º, 37, caput e XV, 61, § 1º, II, a, e 169, § 1º, da Constituição Federal. Aduz, em síntese, que:

As características da gratificação em referência, denotando-se a sua natureza de gratificação de serviço por produtividade em razão do efetivo exercício de atividade, tornam indevido o seu pagamento aos servidores inativos na forma como determinado pela Egrégia Turma Recursal (fl. 149).

(...)

O Poder Judiciário, ao estabelecer aos inativos pontuação diversa da disposta em lei, está, na verdade, extrapolando os limites de sua função constitucional, invadindo indevidamente a esfera do Poder Legislativo e

ARE 642.827 RG / ES

Executivo. Tal procedimento afronta o art. 2º da Constituição Federal, que determina a independência e harmonia entre os Poderes (fl. 152).

Requer que seja conhecido e provido o recurso extraordinário para determinar, quanto à GDAMB, a reforma do v. acórdão recorrido.

Tudo em atenção aos dispositivos constitucionais supracitados.

Apresenta preliminar formal e fundamentada de repercussão geral, na forma do art. 543-A, § 2º, do CPC (fl. 146).

2. Admissível o agravo.

Presentes os requisitos formais de admissibilidade, dou provimento ao agravo, convertendo-o em recurso extraordinário.

3. A questão suscitada neste recurso versa sobre a extensão, ao servidores inativos e pensionistas, da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa do Meio Ambiente GDAMB, instituída pela Lei 11.156/2005, no valor equivalente a 100 (cem) pontos, observados os valores previstos em seus anexos I e II. A Lei 11.156/2005 estabeleceu, no seu artigo 17, que os servidores com aposentadorias e pensões instituídas até o dia anterior ao da vigência da referida lei perceberiam valores equivalentes a 50% da pontuação. O artigo 14, por sua vez, consignou que os servidores em atividade fariam jus a valores equivalentes a 100% da pontuação, enquanto não fosse regulamentada a GDAMB. Deste modo, afirmando a natureza genérica da referida gratificação, os servidores inativos, ainda contemplados pela norma do artigo 40, § 8º, da Constituição Federal, pleiteiam a sua

ARE 642.827 RG / ES

extensão.

A questão transcende os limites subjetivos da causa, tendo em vista que se discute o direito de paridade previsto no artigo 40, § 8º, da Constituição Federal, paridade esta que, embora elidida pela Emenda nº 41/2003, ainda continua em vigor para aqueles que se aposentaram, ou que preencheram os requisitos para tal, antes da mencionada Emenda, ou para os que se aposentaram nos termos das regras de transição. Trata-se de matéria de relevante cunho jurídico, de modo que sua decisão produzirá inevitável repercussão de ordem geral.

4. Há, nesta Corte jurisprudência específica no sentido de que, em razão do caráter genérico da GDAMB, se aplica o mesmo entendimento consolidado quanto à Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA e à Gratificação de Desempenho da Atividade da Seguridade Social e do Trabalho GDASST, que se estendem aos servidores inativos: AI 822897 / ES, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe 26.11.2010.

Está ainda firmada jurisprudência quanto à GDPGTAS, aplicando-se, *mutatis mutandis*, os mesmos fundamentos apresentados no RE 476.279 / DF, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, DJe de 15.6.2007 e no RE 476.390 / DF, Rel. Min. GILMAR MENDES, DJe de 29.6.2007, que tratam da GDATA, uma vez manifesta a semelhança do disposto no § 7º do art. 7º da Lei 11.357/2006, que cuida dessa gratificação, com o disposto no art. 6º da Lei 10.404/2002 e no art. 1º da Lei 10.971/2004, que disciplinam a GDATA. Neste sentido, confirmam-se o RE 585230 AgR / PE, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJe de 26.6.2009, AI 717067, RE 613231 / RN, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe de 17.2.2011, AI 768688 / SE, Rel. Min. GILMAR MENDES, DJe de 23.11.2010, AI 717983 / SE, Rel.

ARE 642.827 RG / ES

Min. JOAQUIM BARBOSA, DJe de 15.9.2010, AI 710377 / SE, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, DJe de 4.8.2010, RE 609722 / RJ, Rel. Min. EROS GRAU, DJe de 11.5.2010.

5. Ante o exposto, reafirmo a jurisprudência da Corte para negar provimento ao recurso extraordinário.

Brasília, 3 de junho de 2011.

Ministro Cezar Peluso

Presidente

Documento assinado digitalmente

Destaco constar da presente repercussão geral questão relativa à reafirmação da jurisprudência do Supremo.

2. Sob o ângulo da nomenclatura, surge o conflito. Ou se tem agravo visando a subida de recurso extraordinário, ou este último já foi admitido na origem e autuado no Supremo.

No mais, o tema, de índole constitucional, reclama o pronunciamento do Supremo para definir, parcela a parcela e considerado o que assentado, em termos fáticos, pelo Tribunal de origem, a extensão aos inativos. Cumpre o julgamento em Colegiado, com reunião dos integrantes do Tribunal em sessão previamente designada para tanto. O sistema fica comprometido quando se estende a apreciação da matéria de mérito do extraordinário, o que assentado pela ilustrada maioria a respeito, ao Plenário Virtual. Em vez de haver sessão, com troca de ideias e reflexão sobre o tema de fundo, passa-se a julgamento individual para dar-se, alfim, a junção das manifestações e a conclusão cabível.

3. Pronuncio-me pela existência de repercussão geral e pela impropriedade de examinar a questão de mérito de qualquer recurso no

ARE 642.827 RG / ES

Plenário Virtual.

4. À Assessoria, para acompanhar a tramitação do incidente.

5. Publiquem.

Brasília – residência –, 13 de junho de 2011, às 15h15.

Ministro MARCO AURÉLIO